

CLIPPING IMPRESSO

25/10/2022



INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1 - 2
1.2. ESMAM.....	3 - 4
2. JORNAL O PROGRESSO	
2.1. DESEMBARGADOR.....	5

Judiciário instala pontos de inclusão digital na Comarca de Açailândia

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) prossegue instalando salas com pontos de inclusão digital do projeto “Justiça de Todos”, para maximizar o acesso à Justiça e resguardar os excluídos digitais. Desde os dias 19 e 21 de outubro, os termos judiciários de Cidelândia e São Francisco do Brejão contam com um canal direto de comunicação com o Fórum de Açailândia e todos os órgãos do Sistema de Justiça.

O projeto tem meta para alcançar todos os 86 termos que não são sede de comarcas até 2024. O “Justiça de Todos” está alinhado aos macrodesafios previstos na Resolução nº 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, bem como da Agenda 2030, que contempla os Objetivos do Desenvolvimento

Sustentável (ODS) 10 (Redução das Desigualdades), 16 (Paz, Justiça e Instituições Fortes) e 17 (Parcerias em prol das Metas).

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, participou da solenidade de instalação em Cidelândia. O magistrado ratificou a importância da iniciativa e pontuou como o projeto chega para garantir acesso à Justiça aos 15 mil habitantes da cidade. “Já realizamos mais de 550 atendimentos nas salas em funcionamento, trabalhamos diariamente para ampliar o alcance do Justiça de Todos para todo o Maranhão”, pontuou.

Em São Francisco do Brejão (582 km da Capital), o ponto de inclusão digital foi instalado na sede da Secretaria de Educação do município. O juiz Aureliano Coelho Ferreira, diretor do Fórum

de Açailândia, afirmou ser um entusiasta do projeto e que a iniciativa, dentre outros atributos, confere cidadania aos moradores das cidades onde não há estrutura forense. “Essa sala é uma extensão do fórum, um espaço acolhedor para receber as pessoas com toda dignidade que elas merecem, por isso São Francisco do Brejão está de parabéns”, finalizou o magistrado.

A juíza Tereza Nina, coordenadora de Planejamento Estratégico da Corregedoria, agradeceu a parceria da Prefeitura de São Francisco do Brejão por meio de cooperação técnica para viabilização da sala no município. “Além de reduzir os gastos, que giram em torno de R\$ 70 no trecho ida e volta para Açailândia, os brejãoenses ganharão em tempo e comodidade acessando os serviços do Sistema de Justiça por meio desse

ponto de inclusão digital do Justiça de Todos”, finalizou a magistrada.

Participaram das solenidades de inauguração, a juíza Selecina Locatelli, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Açailândia; Maria Valdenir Chaves, secretária de Assistência Social representando o prefeito de Cidelândia, Fernando Teixeira; vereador Weyklen Coelho Teixeira, presidente da Câmara Municipal de Cidelândia; Solon Rodrigues, procurador-geral de Cidelândia; advogada Andressa Gama, defensora municipal de Cidelândia; a chefe de gabinete Suzana Aderaldo, representando a prefeita de São Francisco do Brejão, Edinalva Brandão; a procuradora-geral de São Francisco do Brejão, Fabicleia Sousa; e a advogada Yara Marinho, responsável pela sala do Justiça de Todos em São Francisco do Brejão.



**Corregedoria da
Justiça ministra
Formação em
Unidades Interligadas**

PÁGINA 4



Corregedoria da Justiça ministra Formação em Unidades Interligadas



A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) realizou, na sexta-feira, 21, das 8h às 12h, a 'Formação de Implantação de Unidades Interligadas', na Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), para integrantes da Rede de Cooperação para o Combate ao Sub-registro no Estado.

A formação foi destinada a colaboradores da Defensoria Pública estadual, da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular e da Federação dos Municípios do Maranhão (FAMEM), que atuam em parceria para reduzir o índice de nascimentos não registrados até os três primeiros meses do

ano em que ocorreram, que representa 4,82% no Estado, segundo dados do IBGE do ano de 2021.

A defensora pública Débora Alcântara abordou o "Plano Institucional da Defensoria Pública para erradicação do sub-registro de nascimento"; o registrador João Gusmão (Ofício único de Lagoa Grande do Maranhão), explicou sobre "Procedimentos dos órgãos cooperados na instalação das Unidades Interligadas" e o servidor da ESMAM, Fernando Souza, falou da "Atuação dos órgãos cooperados na instalação das Unidades Interligadas".

RECONHECIMENTO

DE PATERNIDADE ANTE-CIPADA

Durante a capacitação, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho e a juíza Ticiany Maciel Palácio, coordenadora do Núcleo de Registro Civil, falaram aos participantes sobre o Provimento 48, de 20 de outubro de 2022, da CGJ-MA, que autorizou o reconhecimento de paternidade, por meio da declaração espontânea do pai, antes do nascimento da criança.

A norma foi inspirada em experiência bem sucedida junto às instituições de saúde do município de São José de Ribamar, após a constatação de que muitas

mães deixavam de registrar as crianças, logo após o nascimento, devido à ausência dos pais.

COMBATE AO SUB-REGISTRO

A juíza coordenadora explicou que a formação surgiu da necessidade de integrar as instituições que trabalham com o combate ao sub-registro.

"Nos reunimos, antecipadamente, com cada instituição e convidamos os seus membros a integrar em grupo só. Com isso, ganhamos força, porque podemos dividir tarefas e criar processos e ter uma equipe ativa com o objetivo de reduzir o sub-registro no Maranhão", disse.

Na abertura dos trabalhos, a juíza Jaqueline Caracaras, membro do núcleo, reforçou a importância do fortalecimento do trabalho conjunto das instituições que integram a Rede de Cooperação para Combate ao Sub-registro no Maranhão.

A implantação das unidades interligadas em hospitais e maternidades públicas, para emissão de certidões de nascimento aos recém-nascidos em hospitais e maternidades municipais, é coordenada pela Corregedoria Geral da Justiça, que já instalou 102 unidades interligadas em todo o Maranhão.

Judiciário instala pontos de inclusão digital na Comarca de Açailândia

Divulgação / Asscom CGJMA

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) prossegue instalando salas com pontos de inclusão digital do projeto “Justiça de Todos”, para maximizar o acesso à Justiça e resguardar os excluídos digitais. Desde os dias 19 e 21 de outubro, os termos judiciários de Cidelândia e São Francisco do Brejão contam com um canal direto de comunicação com o Fórum de Açailândia e todos os órgãos do Sistema de Justiça.

O projeto tem meta para alcançar todos os 86 termos que não são sede de comarcas até 2024. O “Justiça de Todos” está alinhado aos macrodesafios previstos na Resolução nº 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, bem como da Agenda 2030, que contempla os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 (Redução das Desigualdades), 16 (Paz, Justiça e Instituições Fortes) e 17 (Parcerias em prol das Metas).

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, participou da solenidade de instalação em Cidelândia. O magistrado ratificou a importância da iniciativa e pontuou como o projeto chega para garantir acesso à Justiça aos 15 mil habitantes da cidade. “Já realizamos mais de 550 atendimentos nas sa-



Autoridades fazem o desenlace da fita durante inauguração do ponto de inclusão digital em Cidelândia

las em funcionamento, trabalhamos diariamente para ampliar o alcance do Justiça de Todos para todo o Maranhão”, pontuou.

Em São Francisco do Brejão (582 km da Capital), o ponto de inclusão digital foi instalado na sede da Secretaria de Educação do município. O juiz Aureliano Coelho Ferreira, diretor do Fórum de Açailândia, afirmou ser um entusiasta do projeto e que a iniciativa, dentre outros atributos, confere cidadania aos moradores das cidades onde não há estrutura forense. “Essa sala é uma extensão do fórum, um espaço acolhedor para receber as pessoas com toda dignidade que elas merecem, por isso São Francisco do Brejão está

de parabéns”, finalizou o magistrado.

A juíza Tereza Nina, coordenadora de Planejamento Estratégico da Corregedoria, agradeceu a parceria da Prefeitura de São Francisco do Brejão por meio de cooperação técnica para viabilização da sala no município. “Além de reduzir os gastos, que giram em torno de R\$ 70 no trecho ida e volta para Açailândia, os brejãoenses ganharão em tempo e comodidade acessando os serviços do Sistema de Justiça por meio desse ponto de inclusão digital do Justiça de Todos”, finalizou a magistrada.

Participaram das solenidades de inauguração, a juíza Selcina Locatelli, titular da 2ª

Vara Criminal da Comarca de Açailândia; Maria Valdenir Chaves, secretária de Assistência Social representando o prefeito de Cidelândia, Fernando Teixeira; vereador Weyklen Coelho Teixeira, presidente da Câmara Municipal de Cidelândia; Solon Rodrigues, procurador-geral de Cidelândia; advogada Andressa Gama, defensora municipal de Cidelândia; a chefe de gabinete Suzana Aderaldo, representando a prefeita de São Francisco do Brejão, Edinalva Brandão; a procuradora-geral de São Francisco do Brejão, Fabicleia Sousa; e a advogada Yara Marinho, responsável pela sala do Justiça de Todos em São Francisco do Brejão. (Asscom CGJMA)